

**De:** Relações Públicas [mailto:[relacoes.publicas@aofa.pt](mailto:relacoes.publicas@aofa.pt)]

**Enviada:** terça-feira, 6 de Março de 2012 16:00

**Para:** '[sj@sinjor.pt](mailto:sj@sinjor.pt)'

**Assunto:** Crónica do Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, de 19 de Fevereiro de 2012\_Apreciação

Exmo. Senhor Presidente

Na sua habitual crónica dos domingos, na TVI, neste caso a de 19 de Fevereiro passado, o Exmo. Sr. Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, utilizando embora a afirmação como hipótese do que constaria na opinião pública, associou uma iniciativa da AOFA, a Carta Aberta dirigida a Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional (MDN), à influência do PCP ou da esquerda radical.

Tinha sido, entretanto, antecedido pelo Exmo. Sr. Jornalista “pivot” colocando a questão, no seu entender digna de ser discutida na crónica, como provindo de “uma minoria político-partidária”.

Dado que não foi dado qualquer passo para, através de consulta à AOFA, se ter concretizado antes do programa o contraditório deontológica e, até, constitucionalmente exigível, a associação, através da minha pessoa, endereçando a comunicação para o e-mail fornecido pela TVI, deu conta das razões que a levavam a repudiar aquela prática, mas considerando ficar satisfeita se o Exmo. Sr. Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa afirmasse no mesmo espaço televisivo ter sido mal informado, o que o poderia ter levado a referir-se à questão como o fez em 19 de Fevereiro.

O Exmo. Sr. Prof. Dr. M. Rebelo de Sousa não procedeu como requerido pela AOFA, pelo que venho solicitar a apreciação de toda a situação, juntando, para o efeito, o envio de mails para o “e-mail” [perguntasamarcelo@tvi.pt](mailto:perguntasamarcelo@tvi.pt), bem como, por nos parecer com interesse, a Carta Aberta que, como é do domínio público, constituiu a resposta ao discurso de Sua Exa. o MDN proferido no almoço/debate promovido pela revista “Segurança e Defesa” no passado dia 1 de Fevereiro.

Permito-me sugerir, para melhor avaliar a ligeireza das afirmações produzidas quer pelo Exmo. “pivot” quer pelo Exmo. Prof. no dia 19 de Fevereiro, a consulta da nossa página na notícia que dá conta da realização do Seminário “Os Militares na Sociedade” em 13 e 14 de Outubro do ano passado, promovido pela AOFA. Nela poderá ser verificado que entre os intervenientes se encontraram os Exmos. Senhores Deputados Dr. Guilherme Silva (PSD), e Dr. Basílio Horta (PS), bem como o Exmo. Senhor Professor Doutor Adriano Moreira e distintos oficiais, entre eles um ex-Chefe do Estado-Maior da Armada (Almirante Melo Gomes) e outros, vários no activo, que participaram com autorização expressa de Suas Exas. os Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos das Forças Armadas.

Ficando à disposição de V. Exa. para proceder à formalização de tudo o que foi exposto de um modo eventualmente considerado mais adequado,

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da AOFA

Manuel Martins Pereira Cracel

Coronel

---

**De:** Relações Públicas [mailto:[relacoes.publicas@aofa.pt](mailto:relacoes.publicas@aofa.pt)]

**Enviada:** terça-feira, 28 de Fevereiro de 2012 18:03

**Para:** '[perguntasamarcelo@tvi.pt](mailto:perguntasamarcelo@tvi.pt)'

**Assunto:** RE: Crónica do Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, de 19 de Fevereiro de 2012

Exmos. Senhores

Pedindo desculpa pelo lapso, solicito seja corrigida a data da crónica quer, em cima, no assunto, quer em baixo, no texto (19 de Fevereiro e não 26).

Renovando os meus cumprimentos

Tasso de Figueiredo

---

**De:** Relações Públicas [mailto:[relacoes.publicas@aofa.pt](mailto:relacoes.publicas@aofa.pt)]

**Enviada:** terça-feira, 28 de Fevereiro de 2012 17:23

**Para:** '[perguntasamarcelo@tvi.pt](mailto:perguntasamarcelo@tvi.pt)'

**Assunto:** Crónica do Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, de 26 de Fevereiro de 2012

Exmos. Senhores

Pede-me o Presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas que encaminhe esta sua comunicação para o Exmo. Sr. Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, o que faço através do e-mail que me foi facultado pela TVI.

Peço que o Exmo. Sr. Professor se digne compreender que o informalismo desta comunicação assenta tão-somente numa base de confiança, por um lado, e de agilização de processos, por outro.

Assinalando que o texto em apreço resultou do contributo colectivo do Secretariado e foi apreciado pelo Presidente da Assembleia-Geral da AOFA,

E solicitando, por outro lado, que seja acusada a recepção do mesmo,

Com os melhores cumprimentos

O Responsável pelas Relações Públicas da AOFA

Tasso de Figueiredo

Coronel

(Por opção pessoal, esclareço que não foi utilizado o novo acordo ortográfico)

**Exmo. Sr. Professor**

As Forças Armadas Portuguesas são, de longe, a Instituição que mais reorganizações sofreu desde 1974, e, com elas, quase sempre simultaneamente, os princípios que balizam a estrutura superior da Defesa Nacional.

A última dessas reorganizações teve lugar há menos de três anos e dela decorre o Sistema de Forças legalmente aprovado.

No discurso que proferiu no Instituto de Estudos Superiores Militares, no início do ano, Sua Exa. o Primeiro-Ministro afirmou publicamente que uma nova reorganização se aproximava.

Tal anúncio surgiu num contexto de crise em que os militares foram chamados a partilhar sacrifícios com os seus concidadãos, por sinal bem mais penalizadores para eles e para os funcionários da Administração Pública do que para os restantes portugueses.

A juntar-se às dificuldades por que passam os oficiais e às que já se faziam sentir antes (nomeadamente ao nível dos fluxos de carreira, com especial gravidade no Ramo Exército), sem que se vislumbre um qualquer horizonte temporal para elas, veio, assim, a intranquilidade de outra mudança numa Instituição que, convenhamos, nunca tendo recusado a racionalização, precisa de estabilidade e segurança.

Não podemos estar, por isso, mais de acordo com V. Exa. quando afirmou, na crónica da TVI de 19 de Fevereiro, que é preciso definir de uma vez por todas qual deve ser o papel das Forças Armadas na Sociedade que os militares se honram de servir.

Sensibilizou-nos muito, aliás, a posição que V. Exa. assumiu em relação a esta questão.

No entanto, foi com desgosto e, até, indignação, que os dirigentes da AOFA tomaram conhecimento do que foi dito acerca da associação na crónica em apreço.

Sem cuidarem de fazer o contraditório, constitucional e deontologicamente exigível, primeiro o “pivot” e depois V. Exa. atribuíram como possibilidade apenas, o que já não foi pouco, que a actuação da AOFA no que respeita à Carta Aberta a Sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional (MDN) de 7 de Fevereiro passado, teria como origem uma minoria político-partidária (“pivot”) ou, até, o PCP ou a esquerda radical (V. Exa.).

A lista dos Órgãos Sociais da AOFA encontra-se publicada na nossa página da Internet.

Consultando-a, poderá V. Exa. verificar que fazem parte dos Órgãos Sociais da AOFA ilustres oficiais, muitos deles distinguidos com as mais elevadas condecorações por serviços prestados em campanha ou fora dela, que, entre outras funções, desempenharam as de Presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), Juiz Militar do Supremo Tribunal de Justiça, Vogal do STM, Inspector-Geral da Força Aérea, Director-Geral do Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, Comandante do Pessoal da Força Aérea, Director do Pessoal da Força Aérea, etc.

Integram ainda esses Órgãos, oficiais que desempenharam elevadas funções ao nível do aparelho do Estado ou outras, como: um, primeiro, Director-Geral dos Assuntos Farmacêuticos e, depois, Presidente do Conselho de Administração do INFARMED (por

sinal, já que se falou em Partidos na crónica de V. Exa., iniciadas num Governo do PSD), tendo sido, também, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos; outro, as de Presidente da Câmara de Bissau, durante a Guerra; outro, ainda, as de professor universitário, por sinal jubilado há pouco tempo.

Faz parte, igualmente, dos Órgãos Sociais da AOFA, um oficial que desempenhou um papel central no 25 de Abril e se manteve no Conselho da Revolução até ao final do mesmo.

Quer a Lei, quer os estatutos da AOFA, obrigam a associação à independência política e partidária, princípio que vem sendo cumprido escrupulosamente.

Os documentos que a direcção produz resultam do parecer colectivo do respectivo Secretariado, sempre ratificados pelo Conselho Nacional, se importantes, e, quando se revestem de delicadeza, é requerida a opinião de outros elementos dos restantes Órgãos Sociais. No caso da Carta Aberta a Sua Exa. o MDN, foi solicitada a sua apreciação pelos Presidentes da Assembleia-Geral e do Conselho Deontológico, bem como por outros membros deste último.

Como V. Exa. muito bem reconheceu, a Carta Aberta surgiu na sequência do discurso proferido por Sua Exa. o MDN no almoço/debate promovido pela Revista “Segurança e Defesa” em 1 de Fevereiro.

Poderá V. Exa. discordar da forma da Carta, mas a substância (organização; constrangimentos orçamentais e suas consequências na operacionalidade, treino, cumprimento de missões; direitos socioprofissionais) foi amplamente confirmada por intervenções públicas de distintos Oficiais Gerais (GEN Espírito Santo, ex-CEMGFA e ex-CEME; GEN Martins Barrento, ex-CEME; GEN Pinto Ramalho, ex-CEME) ou em programas como a Quadratura do Círculo ou, ainda, num Contra-Corrente que tratou a matéria (GEN Loureiro dos Santos, ex-MDN e ex-CEME, e Eng. Ângelo Correia, por sinal uma figura proeminente do PSD).

Bem antes da Carta, já Sua Exa. o Presidente da República se pronunciara acerca da falta de equidade das medidas de austeridade e, até, sobre se não se estaria a ultrapassar os limites do suportável e, na abertura do ano judicial, o Exmo. Presidente do STJ alertara para o perigo de se porem em causa direitos adquiridos e o Exmo. Bastonário da Ordem dos Advogados assinalara muito expressivamente a falta de equidade das medidas e a injustiça das mesmas. Depois dela e a seu propósito, Sua Eminência Reverendíssima D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas, concordou publica e manifestamente com a razão dos militares.

Quanto à forma da Carta, facilmente se concluirá que ela resultou da infeliz intervenção do citado almoço/debate e no facto de a AOFA não conseguir transmitir de viva voz a Sua Exa. o MDN as suas crescentes preocupações, pese embora o esforço continuado que, ao abrigo da Lei, comprovadamente desenvolveu para que isso se concretizasse.

Permito-me, também, recordar que entre as competências das Associações Profissionais de Militares (APM) se encontra a de promover iniciativas de carácter cívico que contribuam para a unidade e coesão dos militares das Forças Armadas (alínea c) do artigo 2º da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto). Sendo conceitos abertos, se a AOFA tiver conhecimento de um mal-estar generalizado entre os oficiais para com determinadas situações, como vem acontecendo com os casos do BPN e das Parcerias Público-Privadas (aliás, alvo da atenção da “troika”), não tem o dever cívico de o levar a quem de direito, de modo a que possam ser corrigidas? Neste caso, através da Carta Aberta, devido aos circunstancialismos já referidos?

Pensamos, por tudo isto, que V. Exa. terá sido mal informado ou induzido em erro por alguém que pretendeu tentar descredibilizar a actuação da AOFA, por se saber que a sua actuação e posições vêm sendo crescentemente partilhadas pelos oficiais das Forças Armadas.

Aliás, a ser como chegou a V. Exa., era como se estivessem a passar um atestado de menoridade intelectual aos membros dos Órgãos Sociais da AOFA.

Para nós, em relação a esta matéria em concreto, será suficiente que V. Exa. se digne reconhecer na próxima crónica que verificara ter sido mal informado.

Certo da atenção que V. Exa. vai dedicar ao assunto,

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Conselho Nacional da AOFA

Manuel Martins Pereira Cracel

Coronel

## CARTA ABERTA A SUA EX<sup>a</sup> O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

Entendeu Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Defesa Nacional (MDN), em almoço/debate promovido pela Revista Segurança e Defesa no passado dia 1 de Fevereiro, fazer afirmações que, consideramos, desprestigiam os militares e a própria Instituição Militar.

Entretanto, em troca de impressões com vários oficiais dos três Ramos das Forças Armadas, constatei que existe um sentimento generalizado de desagrado pelo teor das afirmações proferidas por Sua Ex.<sup>a</sup>, razão que levou a que fosse incumbido de lhe dirigir esta carta aberta. As Forças Armadas são insustentáveis, Sr. MDN?

**Não são! Estão!**

Porque entre respeitar os militares e a Instituição que se honram de servir ou dar continuidade a muitas desconsiderações que os seus antecessores cometeram, o Sr. Ministro escolheu trilhar o mesmo caminho destes, como repetidamente temos vindo a afirmar:

1. Em manifesta e aberta desconsideração pela condição de quem é militar, deu-se seguimento ao congelamento das promoções, situação que, conjugada com a redução de efectivos e a persistente suborçamentação, desde logo considerámos constituírem ingredientes propositadamente aplicados e que objectivamente contribuem para a descaracterização e desarticulação das Forças Armadas.

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

2. Em nome da convergência com os restantes subsistemas de saúde públicos foi materializado um dos maiores atentados à condição militar, em resultado da qual os militares viram significativamente agravadas as condições sanitárias (comparticipações, desconto obrigatório de 1,5%, pagamento de taxas moderadoras pelos familiares, extensão aos reformados das regras aplicadas aos restantes militares, nomeadamente no que respeita às participações, com as gravosas consequências que daí advêm para inúmeros camaradas a braços com um estado de saúde mais e mais exigente em matéria de gastos na farmácia, frequentemente, para os ex-combatentes, devido a sequelas da Guerra, etc.).

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

3. Como se tal não bastasse, o OE2012 prevê uma redução de 30% nas verbas para a saúde no corrente ano, sabendo-se que está prevista a redução de mais 20% em 2013 e outras reduções até 2016, visando o autofinanciamento do subsistema de saúde militar, numa postura de manifesto desrespeito pela Lei de Bases Gerais da Condição Militar (Lei nº 11/89, de 01 de Junho).

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável.**

4. As Forças Armadas aproximam-se da paralisia por falta de recursos que lhes permitam suportar as despesas de funcionamento e de manutenção. O nível de instrução está abaixo do que é minimamente exigível por iguais motivos.

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

5. A óbvia desmotivação, insegurança e falta de confiança reinantes entre os militares, constituem claros sinais, cuja natureza deveria ser motivo de preocupação de qualquer responsável pela Defesa Nacional, mas que o Sr. Ministro parece não levar em conta.

**Isto, sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

6. Mais do que qualquer outra Instituição, as Forças Armadas são aquela que maior número de reestruturações sofreu desde 1974, a última das quais se verificou em 2009. Sem que, de uma vez por todas, o poder político decida e defina qual deverá ser a estrutura que permita às Forças Armadas exercer capazmente a sua competência constitucional de defesa militar da República.

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

7. Depois da redução das remunerações em 2011, da aplicação de uma taxa extraordinária ainda em 2011, dos cortes nos subsídios de férias e Natal em 2012 e 2013, dois anos passados sobre a transição para a Tabela Remuneratória Única, entendeu o Sr. Ministro penalizar ainda mais a remuneração de cerca de 4.000 militares, numa lógica que mais se assemelha a punição colectiva.

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

8. Afirmar que os militares não são funcionários públicos (pelos quais nutrimos, aliás, o maior respeito), e tecer-lhes outros encómios mas, na prática, reduzir gradualmente a condição militar em termos de direitos e regalias, equiparando-os, deste modo, ao funcionalismo público em geral, continuando contudo a sujeitá-los à totalidade de especiais deveres (incluindo a permanente disponibilidade para o serviço e o sacrifício da própria vida), sem que existam contrapartidas morais e materiais adequadamente justas, consubstancia uma atitude muito pouco séria.

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

9. Entendeu o Sr. Ministro discorrer acerca das Associações Profissionais de Militares (APM), com uma insanável contradição subjacente ao que disse: se, por um lado, reconhece existirem razões de descontentamento entre os militares, depois, quando as APM, que, procuram, como V. Exa. sabe, privilegiar o diálogo e exercer as competências estabelecidas na Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, tentando contribuir para as necessárias soluções, vêem o Sr. Ministro ignorar esse quadro legal.

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

10. Confrontados com tudo o que lhes vai acontecendo, os militares, por se fecharem as portas do diálogo e da concertação, utilizam, com toda a dignidade, os seus direitos, nomeadamente os de reunião e manifestação constantes na Lei da Defesa Nacional, para darem pública conta dos problemas com que são confrontados.

As APM deveriam ser auscultadas ou envolvidas em matérias do seu âmbito, **situação que não acontece porque o Sr. Ministro não cumpre a referida Lei.**

**Isto sim, Sr. Ministro, é insustentável!**

Importa, no entanto, sermos claros Sr. Ministro. A Associação de Oficiais das Forças Armadas, se e quando auscultada ou envolvida em matérias do seu âmbito, situação que não acontece simplesmente porque não é atendido o quadro legal que obriga o Sr. Ministro a fazê-lo, dará nota das suas posições de modo frontal e com toda a lealdade. No entanto, só concordará com aquilo que merecer a sua concordância e nunca com medidas que ponham em causa o sentir profundo dos oficiais, contrariamente ao que parece ser o desejo do Sr. Ministro.

11. E diz mais, o Sr. Ministro; que as APM's fazem política, até partidária.

Como assim, Sr. Ministro?

Denunciar perante a opinião pública as medidas lesivas e, consideramos nós, carregadas de falta de respeito pela dignidade de quem jurou e serve abnegadamente (**sem se servir**) a Pátria, é fazer política?

12. Porque, na realidade, sendo verdade que os militares estão sujeitos a severos deveres e restrições de vária ordem, **nada os obriga a serem submissos, acomodados (pelos vistos, daria jeito ao poder político que assim fosse), ignorantes e apolíticos**, alheados do que vai acontecendo no País e, concretamente, com o que de uma forma mais directa interfere com a sua condição militar e com as Forças Armadas.

**13.** Tudo nos leva a crer que o Sr. Ministro anda mal informado, pois senão saberia das conversas que correm em Messes, nos corredores das U/E/O e na NET, sobre as situações que ocorrem e que provocam a indignação da

maioria dos oficiais. Conversas que têm como tema, não só as notícias que surgem nos órgãos de comunicação social, como, até, as situações descritas no livro “Como o Estado gasta o nosso dinheiro”, cujo autor, o **Juiz Jubilado do Tribunal de Contas, Carlos Moreno**, o ofereceu à AOFA com uma amável dedicatória, onde constam palavras como “**respeito**”, “**consideração**” e “**estima**”.

14. Será, portanto, política alertar para situações de que poderão decorrer a penalização dos militares e das Forças Armadas, dando a conhecer, a título de exemplo, a forma como, nessas conversas, os oficiais vêem o modo como tem vindo a ser tratado o “dossier” BPN, obrigando uma significativa parcela do orçamento a ser desviada para dar cobertura, tudo leva a crer, às consequências de criminosos desmandos?

Será que é política ter consciência, formada nessas conversas dos oficiais (neste caso, graças aos dados insuspeitos trazidos para a opinião pública pelo analista económico Gomes Ferreira, no dia 24 de Janeiro passado, no programa da SIC Notícias iniciado às 22H00) de que o “dossier” das PPP’s, com as astronómicas verbas envolvidas, deveria constituir-se como primeira prioridade, de modo a fazer reverter para o interesse de todos, as milionárias verbas de que alguns beneficiaram a coberto de leoninos contratos celebrados?

A rápida eliminação destas situações, permitiria, por exemplo, entre outras, criar condições para evitar onerar da forma como o estão a ser, os militares e as Forças Armadas.

Não consideramos política e, muito menos, política partidária, tal postura.

Trata-se, isso sim, do uso de um direito que a própria cidadania impõe.

15. *“...se algum destes homens não sente a vocação, está no sítio errado”; “... Se algum destes homens não sente a vocação, antes de protestos, manifestações ou conferências de imprensa, precisa de mudar de carreira”, disse o Sr. Ministro.*

Sr. Ministro: nunca lhe ocorreu que **falava de gente honrada, de cidadãos que, sendo militares, aprenderam a amar a sua Pátria, muitos deles louvados e condecorados pela forma exemplar como vêm cumprindo ou cumpriram o seu Juramento de Honra?**

Sr. Ministro: nunca lhe ocorreu que, nessa condição, é legítimo pronunciarem-se (acerca das questões que, em seu entender e no quadro que a Lei lhes permite), sobre matérias que consideram colocar em causa um dos principais pilares do que sobra da Soberania desta nossa Terra?

16. O Sr. Ministro, bem poderia, ponderando de outra forma o pensamento, ter evitado pronunciar o que pronunciou, respeitando quem o merece, porque, ao contrário de outros que se servem da coisa pública e dos cargos que ocupam, para vultuosos proveitos privados, **os militares são cidadãos de uniforme, investidos da responsabilidade maior de defender a sua Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida**, e que, por esse e outros motivos que a sua condição lhes impõe, consideram consubstanciar uma falta de consideração a forma e os termos como se lhes dirigiu.

17. Parafraseando Martin Luter King, um cidadão do mundo atento às injustiças a que assistia, *“O que mais preocupa, não é o jeito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem carácter, nem dos sem ética. O que mais preocupa, é o silêncio dos bons!”*

Sem qualquer presunção, procuramos fazer parte do grupo daqueles para quem o **silêncio, a passividade e o conformismo não são modos de estar na vida**, seja na condição de cidadãos e, por maioria de razão, como militares que somos, na

forma e com a alma, e esta, Sr. Ministro, não há vocação, como a entende, que a substitua!

18. Bem gostaríamos que o Sr. Ministro olhasse de outro modo para o que vai acontecendo aos militares e à Instituição Militar.

Pode crer, Sr. Ministro: os militares compreendem como ninguém o sentido de reformas, desde que colocadas ao serviço da Nação a que pertencem e cuja perenidade se deve à forma como se bateram ao longo dos séculos e não merecem, longe disso, as palavras que proferiu.

Face ao que precede, pela acção, mas fundamentalmente pela inacção relativamente ao que vai acontecendo aos militares e à Instituição Militar, mas também dando voz ao descontentamento de muitos que se sentiram humilhados com as palavras proferidas, nos termos em que o fez, entendemos que o cargo de que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, é responsável, bem mereceria outra clarividência ao serviço de uma causa maior: a da Pátria a que pertencemos.

**Tudo isto, Sr. Ministro, é insustentável!**

7 de Fevereiro de 2012

Assinatura

Manuel Martins Pereira Cracel

Coronel